

País quer obter dez anos para dívida

Da sucursal de
BRASÍLIA

O Brasil ficará satisfeito por conseguir dos bancos credores prazo de dez anos, com cinco de carência, para o pagamento da sua dívida externa. Foi o que disse, ontem, alta fonte do Ministério da Fazenda, responsável diretamente pelas negociações externas, ao qualificar de "apócrifo" documento divulgado terça-feira em Bogotá, segundo o qual Brasil, México, Argentina e Colômbia pedirão prazo de 15 anos para pagar a dívida.

Esse documento, que seria o rascunho extra-oficial do documento que será debatido pelos chanceleres dos quatro países no dia 14 ou 15 de junho, em Bogotá, propõe que o pagamento dos juros seja determinado segundo a capacidade financeira de cada país; que as amortizações semestrais não sejam fixas; as dívidas contraídas junto a governos estrangeiros também seriam renegociadas com prazos mais amplos, e estabelecidas fórmulas para reduzir o serviço da dívida.

Para a fonte do Ministério da Fazenda, esse documento no mínimo é precipitado, porque ainda não se definiu sequer a data da reunião em Bogotá, se 14 ou 15 de junho. O certo é que será realizada depois do encontro dos países desenvolvidos, marcado para dia 7, em Londres. Além do chanceler Saraiva Guerreiro, deve comparecer um ministro da área econômica, mas não está definido se será o da Fazenda, Ernane Galvães, ou o do Planejamento, Delfim Netto.

Conforme a fonte da Fazenda, o Clubé de Paris, organismo informal dos países desenvolvidos, oferece prazo de nove anos, com cinco e meio de carência, para o pagamento da dívida, e esse prazo na comunidade financeira internacional é tido como já bastante elástico. No entanto, ontem, dentro do próprio governo essa posição "timida" foi criticada, sob o argumento de que no ano passado, com os bancos, o Brasil já conseguiu nove anos de prazo para pagar.

NOVO ESQUEMA

Embora as autoridades econômi-

cas resistam em mudar o esquema de renegociação da dívida externa traçado desde 1982, desta vez a renegociação tende a passar por dois caminhos: com os bancos, em torno de prazos de pagamentos, e com os governos, em torno da fixação de taxas de juros. Essa é a impressão que se recolhe entre empresários e assessores do governo.

O presidente da Associação Nacional dos Bancos de Investimentos (ANDIB), Ary Waddington, que esteve na terça-feira com o ministro da Fazenda, Ernane Galvães, constata que existe na área econômica uma certa resistência em mudar o esquema de renegociação. Mas considera inevitável que o Itamaraty, como órgão especializado em relações com governos, deverá integrar os próximos entendimentos.

A saída para o impasse em torno da situação externa, na opinião de Waddington, deverá ser a fixação de um nível razoável para as taxas de juros internacionais, em torno da taxa histórica de 7 a 8%. Quando a taxa exceder esse patamar, o diferencial será pago pelo governo do banco credor. A argumentação é de que a taxa de juros reflete a política econômica do País. Se a prime (taxa preferencial de juros norte-americana) alcançou 12,5% e pode chegar a 15% até o final do ano, é por causa da política armamentista de Ronald Reagan, que amplia o déficit fiscal e força o Federal Reserve a impor uma política monetária mais rígida.

Portanto, se os banqueiros não têm condições de mudar as taxas de juros, a conversa com eles deve ser em torno dos prazos de pagamentos. Nisso, diz, o banqueiro tem condições de interferir de acordo com a liquidez de seu banco. Ary Waddington considera inevitável a renegociação para prazos que alcancem pelo menos 15 anos, com cinco de carência. Entre os banqueiros europeus, essa proposta é totalmente aceita, garante o presidente da Anbid. Mas entre os banqueiros americanos, os maiores credores do País, pode haver uma certa resistência inicial, reconhece.